

ÍNDICE

Abreviaturas.....	5
Nota do Autor	31

CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRIMEIRA PARTE

CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

CAPÍTULO I | PECULATO

1. Considerações preliminares.....	34
2. Bem jurídico tutelado.....	36
3. Sujeitos do crime.....	39
3.1. Sujeito ativo.....	39
3.2. Sujeito passivo	39
4. Pressuposto do crime de peculato	40
5. Tipo objetivo: adequação típica	43
5.1. Peculato-apropriação: objeto material (1ª parte).....	43
5.2. Peculato-desvio (2ª parte)	45
5.3. Peculato-furto	46
5.4. Peculato culposo	47
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	48
7. Consumação e tentativa.....	49
8. Classificação doutrinária	50
9. Comunicabilidade da condição de funcionário público.....	50
10. Questões especiais.....	50
11. Sonegação de tributo incidente sobre produto de crime: impossibilidade moral e jurídica.....	51
11.1. Delimitação do tema.....	51
11.2. Disponibilidade econômica ou jurídica <i>versus</i> confisco.....	52
11.3. Ofensa ao princípio da capacidade contributiva	53
11.4. Ofensa ao princípio da moralidade administrativa	54
12. Pena e ação penal.....	55

CAPÍTULO II | PECULATO MEDIANTE ERRO DE OUTREM

1. Considerações preliminares.....	56
2. Bem jurídico tutelado.....	57
3. Sujeitos do crime.....	57
4. Ausência do pressuposto do crime de peculato: <i>posse</i> prévia da <i>res</i>	58
4.1. Tipo objetivo: adequação típica	59
4.2. O erro como elementar típica	61
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	62
6. Consumação e tentativa.....	62
7. Classificação doutrinária	63
8. Pena e ação penal.....	63

CAPÍTULO III | INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÕES

1. Considerações preliminares.....	64
2. Bem jurídico tutelado.....	65
3. Sujeitos do crime.....	65
4. Tipo objetivo: adequação típica	65
4.1. Obtenção de vantagem indevida: elemento normativo.....	66
4.2. Inserção de dados falsos em sistemas de informações e estelionato: dessemelhanças.....	68
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	69
6. Classificação doutrinária	70
7. Consumação e tentativa.....	70
8. Pena e ação penal.....	70

CAPÍTULO IV | MODIFICAÇÃO OU ALTERAÇÃO NÃO AUTORIZADA DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES

1. Considerações preliminares.....	71
2. Bem jurídico tutelado.....	71
3. Sujeitos do crime.....	72
4. Tipo objetivo: adequação típica	72
4.1. Elemento normativo especial: sem autorização ou solicitação de autoridade competente	73
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	73
6. Classificação doutrinária	74
7. Consumação e tentativa.....	74
8. Causa de aumento: produção de dano	74
9. Pena e ação penal.....	74

CAPÍTULO V | EXTRAVIO, SONEGAÇÃO OU INUTILIZAÇÃO DE LIVRO OU DOCUMENTO

1. Considerações preliminares.....	75
------------------------------------	----

2. Bem jurídico tutelado.....	76
3. Sujeitos do crime.....	76
4. Tipo objetivo: adequação típica	77
4.1. Subsidiariedade expressa: se não constituir crime mais grave.....	82
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	82
6. Consumação e tentativa.....	83
7. Classificação doutrinária	84
8. Questões especiais.....	85
9. Pena e ação penal.....	85

CAPÍTULO VI | EMPREGO IRREGULAR DE VERBAS OU RENDAS PÚBLICAS

1. Considerações preliminares.....	86
2. Bem jurídico tutelado.....	87
3. Sujeitos do crime.....	87
4. Tipo objetivo: adequação típica	88
4.1. Aplicação diversa da estabelecida em lei e despesa não autorizada por lei.....	89
4.2. Despesa “justificada” (embora não autorizada por lei).....	90
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	90
6. Consumação e tentativa.....	91
7. Classificação doutrinária	91
8. Questões especiais.....	91
9. Pena e ação penal.....	92

CAPÍTULO VII | CONCUSSÃO

1. Considerações preliminares.....	93
2. Bem jurídico tutelado.....	94
3. Sujeitos do crime.....	95
4. Tipo objetivo: adequação típica	95
4.1. Necessidade da elementar normativa: vantagem indevida.....	96
4.2. Exigência de vantagem indevida “para o órgão público”: excesso de exação	98
4.2.1. Destinatário do produto da concussão: particular ou ente público.....	100
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	102
6. Consumação e tentativa.....	103
7. Excesso de exação.....	103
7.1. Tipo objetivo: adequação típica	104
7.2. Sujeitos do crime de excesso de exação.....	104

7.3. Tipo subjetivo: adequação típica.....	105
8. Desvio de produto recebido indevidamente.....	105
9. Consumação e tentativa.....	106
10. Classificação doutrinária	106
11. Questões especiais.....	106
12. Pena e ação penal.....	106

CAPÍTULO VIII | CORRUPÇÃO PASSIVA

1. Considerações preliminares.....	107
2. Bem jurídico tutelado.....	109
3. Sujeitos do crime.....	110
4. Tipo objetivo: adequação típica	111
4.1. Elemento normativo especial da ilicitude: vantagem indevida	112
4.2. Vantagem indevida e os princípios da adequação social e da insignificância	113
4.3. Natureza da vantagem indevida: patrimonial e extrapatrimonial....	115
4.4. A indispensável bilateralidade residual no crime de corrupção.....	116
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	122
6. Consumação e tentativa.....	123
7. Classificação doutrinária	123
8. Figura majorada (parágrafo único)	124
9. Figura privilegiada: pedido ou influência	124
10. Questões especiais.....	124
11. Pena e ação penal.....	125

CAPÍTULO IX | FACILITAÇÃO DE CONTRABANDO OU DESCAMINHO

1. Considerações preliminares.....	126
2. Bem jurídico tutelado.....	127
3. Sujeitos do crime.....	127
4. Tipo objetivo: adequação típica	127
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	128
6. Consumação e tentativa.....	129
7. Classificação doutrinária	129
8. Pena e ação penal.....	129

CAPÍTULO X | PREVARICAÇÃO

1. Considerações preliminares.....	130
2. Bem jurídico tutelado.....	131
3. Sujeitos do crime.....	131
4. Tipo objetivo: adequação típica	132

4.1. A prevaricação praticada por juiz ^{v.5} não exercício da função jurisdicional ou administrativa.....	135
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	137
6. Consumação e tentativa.....	138
7. Classificação doutrinária.....	138
8. Questões especiais.....	139
9. Pena e ação penal.....	139

CAPÍTULO XI | PREVARICAÇÃO IMPRÓPRIA

1. Considerações preliminares.....	140
2. Bem jurídico tutelado.....	140
3. Sujeitos do crime.....	141
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	142
4.1. Pressupostos fundamentais do crime omissivo.....	143
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	144
6. Consumação e tentativa.....	144
7. Classificação doutrinária.....	145
8. Pena e ação penal.....	145

CAPÍTULO XII | CONDESCENDÊNCIA CRIMINOSA

1. Considerações preliminares.....	146
2. Bem jurídico tutelado.....	146
3. Sujeitos do crime.....	146
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	147
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	148
6. Consumação e tentativa.....	148
7. Classificação doutrinária.....	148
8. Questões especiais.....	149
9. Pena e ação penal.....	149

CAPÍTULO XIII | ADVOCACIA ADMINISTRATIVA

1. Considerações preliminares.....	150
2. Bem jurídico tutelado.....	151
3. Sujeitos do crime.....	151
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	151
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	152
6. Consumação e tentativa.....	153
7. Classificação doutrinária.....	153
8. Forma qualificada.....	153
9. Causa de aumento de pena.....	153
9.1. Questões especiais.....	154
10. Pena e ação penal.....	154

CAPÍTULO XIV | VIOLÊNCIA ARBITRÁRIA

1. Considerações preliminares.....	155
2. Bem jurídico tutelado.....	157
3. Sujeitos do crime.....	157
4. Tipo objetivo: adequação típica	157
4.1. Violência arbitrária em concurso com violência.....	159
4.2. Violência arbitrária cumulada com pena correspondente à violência: concurso material de crimes ou cúmulo material de penas.....	160
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	161
6. Consumação e tentativa.....	161
7. Classificação doutrinária	161
8. Pena e ação penal.....	162

CAPÍTULO XV | ABANDONO DE FUNÇÃO

1. Considerações preliminares.....	163
2. Bem jurídico tutelado.....	164
3. Sujeitos do crime.....	164
4. Tipo objetivo: adequação típica	164
4.1. Acefalia do cargo: necessidade.....	166
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	167
6. Consumação e tentativa.....	167
7. Classificação doutrinária	167
8. Formas qualificadas: prejuízo público e faixa de fronteira	167
9. Pedido de aposentadoria ou demissão.....	168
10. Pena e ação penal.....	169

**CAPÍTULO XVI | EXERCÍCIO FUNCIONAL ILEGALMENTE ANTECIPADO
OU PROLONGADO**

1. Considerações preliminares.....	170
2. Bem jurídico tutelado.....	170
3. Sujeitos do crime.....	171
4. Tipo objetivo: adequação típica	171
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	173
6. Consumação e tentativa.....	173
7. Classificação doutrinária	173
8. Pena e ação penal.....	174

CAPÍTULO XVII | VIOLAÇÃO DE SIGILO FUNCIONAL

1. Considerações preliminares.....	175
2. Bem jurídico tutelado.....	176

3. Sujeitos do crime.....	177
4. Tipo objetivo: adequação típica	177
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	179
6. Novas figuras penais acrescentadas pela Lei n. 9.983/2000	179
6.1. Violação do sigilo através do sistema informatizado da Administração Pública	179
6.2. Utilização, indevida, de acesso restrito.....	180
7. Consumação e tentativa	180
8. Classificação doutrinária	181
9. Forma qualificada.....	182
10. Pena e ação penal.....	182

CAPÍTULO XVIII | VIOLAÇÃO DO SIGILO DE PROPOSTA DE CONCORRÊNCIA

1. Considerações preliminares.....	183
------------------------------------	-----

CAPÍTULO XIX | FUNCIONÁRIO PÚBLICO

1. Conceituação penal de funcionário público	184
2. Equiparação do conceito de funcionário público: irretroatividade	185
3. Causa especial (genérica) de aumento	187

SEGUNDA PARTE

CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

CAPÍTULO XX | USURPAÇÃO DE FUNÇÃO PÚBLICA

1. Considerações preliminares.....	188
2. Bem jurídico tutelado.....	189
3. Sujeitos do crime.....	189
4. Tipo objetivo: adequação típica	189
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	190
6. Consumação e tentativa	191
7. Classificação doutrinária	191
8. Forma qualificada: auferimento de vantagem	191
9. Questões especiais.....	192
10. Pena e ação penal.....	192

CAPÍTULO XXI | RESISTÊNCIA

1. Considerações preliminares.....	193
2. Bem jurídico tutelado.....	194
3. Sujeitos do crime.....	194
4. Tipo objetivo: adequação típica	194
4.1. Oposição ativa, mediante violência ou ameaça	194

4.2. A qualidade ou condição de funcionário competente do sujeito passivo	196
4.3. A legalidade do ato a ser executado.....	197
4.4. Elemento subjetivo informador da conduta	199
5. Consumação e tentativa.....	199
6. Classificação doutrinária	200
7. Forma qualificada: não realização do ato	200
8. Resistência e concurso com outro crime violento: cúmulo material de penas	200
9. Questões especiais.....	202
10. Pena e ação penal.....	202

CAPÍTULO XXII | DESOBEDIÊNCIA

1. Considerações preliminares.....	203
2. Bem jurídico tutelado.....	203
3. Sujeitos do crime.....	204
4. Tipo objetivo: adequação típica	204
4.1. Desobediência e cominação de sanções civis ou administrativas: atipicidade	205
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	207
6. Consumação e tentativa.....	207
7. Classificação doutrinária	208
8. Pena e ação penal.....	208

CAPÍTULO XXIII | DESACATO

1. Considerações preliminares.....	209
2. Bem jurídico tutelado.....	210
3. Sujeitos do crime.....	210
4. Tipo objetivo: adequação típica	211
4.1. No exercício da função ou em razão dela	212
4.2. Desacato, ambiente hostil e seus fundamentos políticos.....	216
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	219
6. Consumação e tentativa.....	219
7. Classificação doutrinária	220
8. Pena e ação penal.....	220

CAPÍTULO XXIV | TRÁFICO DE INFLUÊNCIA

1. Considerações preliminares.....	221
2. Bem jurídico tutelado.....	222
3. Sujeitos do crime.....	223
4. Tipo objetivo: adequação típica	223
5. Responsabilidade penal do “beneficiário-vítima” do tráfico de influência.	225



5.1. Relação triangular entre sujeito ativo, funcionário público e “beneficiário” da influência	226
5.2. A (im)punibilidade do pseudocrime putativo: erro jurídico-penal ...	231
5.3. A discutível escusabilidade de determinados erros: punibilidade do pagador da influência	232
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	235
7. Consumação e tentativa.....	236
8. Classificação doutrinária	236
9. Forma majorada	237
10. Pena e ação penal.....	237

CAPÍTULO XXV | CORRUPÇÃO ATIVA

1. Considerações preliminares.....	238
2. Bem jurídico tutelado.....	239
2.1. A moralidade da Administração Pública e o princípio da insignificância	241
3. Sujeitos do crime.....	241
4. Tipo objetivo: adequação típica	242
4.1. Oferecer vantagem indevida	242
4.2. A funcionário público	243
4.3. Para determiná-lo a praticar ato de ofício	244
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	244
5.1. Elemento subjetivo especial do tipo	246
6. Consumação e tentativa.....	247
7. Classificação doutrinária	247
8. Figura majorada (parágrafo único)	247
9. Questões especiais.....	248
10. Pena e ação penal.....	248

CAPÍTULO XXVI | CONTRABANDO OU DESCAMINHO

1. Considerações preliminares.....	250
2. Bem jurídico tutelado.....	250
3. Sujeitos do crime.....	251
4. Tipo objetivo: adequação típica	251
5. Classificação doutrinária	253
6. Crimes equiparados a contrabando ou descaminho	253
6.1. Prática de navegação de cabotagem fora dos casos permitidos em lei	253
6.2. Prática de fato assimilado, em lei especial, a contrabando ou descaminho.....	254
6.3. Uso comercial ou industrial de mercadoria importada, clandestina ou fraudulentamente, ou que sabe ser produto de contrabando ou descaminho.....	255

6.3.1. Elemento normativo: no exercício de atividade comercial ou industrial.....	256
6.4. Receitação de produto de contrabando ou descaminho	257
6.4.1. Elementares normativas: “que sabe ser produto de introdução clandestina” (alínea <i>c</i>) e “que sabe serem falsos” (alínea <i>d</i>) .	257
7. Classificação doutrinária	258
8. Contrabando e descaminho: distinção fática e semelhança jurídica.....	258
8.1 Distinção entre contrabando ou descaminho e crimes contra a ordem tributária	259
9. Aplicação analógica do art. 34 da Lei n. 9.249/95 no crime de descaminho.	261
10. Tipo subjetivo: adequação típica.....	265
10.1. Erro de tipo: escusável ou inescusável.....	265
11. Consumação e tentativa	266
12. Figura majorada: contrabando em transporte aéreo.....	266
13. Descaminho: limite fiscal e princípio da insignificância.....	267
14. Questões especiais.....	268
15. Pena e ação penal.....	269

CAPÍTULO XXVII | IMPEDIMENTO, PERTURBAÇÃO OU FRAUDE DE CONCORRÊNCIA

1. Considerações preliminares.....	270
2. Bem jurídico tutelado.....	270
3. Sujeitos do crime.....	271
4. Tipo objetivo: adequação típica	271
4.1. Concorrência ou venda em hasta pública: distinção.....	271
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	271
6. Consumação e tentativa	272
7. Classificação doutrinária	272
8. Pena e ação penal.....	272

CAPÍTULO XXVIII | INUTILIZAÇÃO DE EDITAL OU DE SINAL

1. Considerações preliminares.....	273
2. Bem jurídico tutelado.....	274
3. Sujeitos do crime.....	274
4. Tipo objetivo: adequação típica	274
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	275
6. Consumação e tentativa	275
7. Classificação doutrinária	276
8. Pena e ação penal.....	276



CAPÍTULO XXIX | SUBTRAÇÃO OU INUTILIZAÇÃO DE LIVRO OU DOCUMENTO

1. Considerações preliminares.....	277
2. Bem jurídico tutelado.....	277
3. Sujeitos do crime.....	278
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	278
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	279
6. Consumação e tentativa.....	279
7. Classificação doutrinária.....	280
8. Pena e ação penal.....	280

CAPÍTULO XXX | SONEGAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

1. Considerações preliminares.....	282
2. Bem jurídico tutelado.....	282
3. Sujeitos do crime.....	282
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	282
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	285
6. Classificação doutrinária.....	285
7. Consumação e tentativa.....	285
8. Causas extintivas da punibilidade: com ou sem pagamento.....	285
8.1. Causa extintiva de punibilidade sem pagamento dos tributos devidos.....	286
8.2. Perdão judicial ou aplicação alternativa da pena de multa.....	286
9. Aplicação do art. 34 da Lei n. 9.349/95: analogia <i>in bonam partem</i>	287
10. Causa de diminuição de pena.....	288
11. Pena e ação penal.....	289

TERCEIRA PARTE

CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA

CAPÍTULO XXXI | CORRUPÇÃO ATIVA EM TRANSAÇÃO COMERCIAL INTERNACIONAL

1. Considerações preliminares e fundamentos político-constitucionais.....	290
2. Novo crime antecedente ao de lavagem de dinheiro.....	291
3. Bem jurídico protegido.....	292
4. Sujeitos do crime.....	292
5. Tipo objetivo: adequação típica.....	293
5.1. Ato de ofício relacionado à transação comercial internacional.....	293
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	293
7. Consumação e tentativa.....	294

8. Causa de aumento de pena	294
9. Pena e ação penal.....	294

CAPÍTULO XXXII | TRÁFICO DE INFLUÊNCIA EM TRANSAÇÃO COMERCIAL INTERNACIONAL

1. Considerações preliminares.....	295
2. Bem jurídico tutelado.....	296
3. Sujeitos do crime.....	296
4. Tipo objetivo: adequação típica	296
5. Tipo subjetivo: adequação típica	297
6. Consumação e tentativa	297
7. Causa de aumento de pena	298
8. Pena e ação penal.....	298
9. Conceituação penal de funcionário público (<i>caput</i>)	298
10. Equiparação e causa de aumento de pena	298

QUARTA PARTE

CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

CAPÍTULO XXXIII | REINGRESSO DE ESTRANGEIRO EXPULSO

1. Considerações preliminares.....	299
2. Bem jurídico tutelado.....	299
3. Sujeitos do crime.....	300
4. Tipo objetivo: adequação típica	300
4.1. Expulsão de estrangeiro: pressuposto do crime de reingresso.....	301
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	302
6. Consumação e tentativa	302
7. Classificação doutrinária	302
8. Pena e ação penal.....	302

CAPÍTULO XXXIV | DENUNCIÇÃO CALUNIOSA

1. Considerações preliminares.....	303
2. Bem jurídico tutelado.....	304
3. Sujeitos do crime.....	304
4. Direito de petição: exercício regular de direito.....	305
5. Tipo objetivo: adequação típica	307
5.1. Novidades da Lei n. 10.028/2000: investigação administrativa, in- quérito civil ou ação de improbidade administrativa	308
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	310
6.1. Admissibilidade de dolo eventual.....	310
6.2. Elemento normativo: de que o sabe inocente	315



7. Consumação e tentativa	316
8. Classificação doutrinária	316
9. Figura majorada (§ 1º).....	316
10. Forma privilegiada ou minorada (§ 2º)	317
11. Concurso de crimes e conflito aparente de normas	317
12. Pena e ação penal.....	318

CAPÍTULO XXXV | COMUNICAÇÃO FALSA DE CRIME OU DE CONTRAVENÇÃO

1. Considerações preliminares.....	319
2. Bem jurídico tutelado.....	319
3. Sujeitos do crime.....	320
4. Tipo objetivo: adequação típica	320
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	321
6. Consumação e tentativa	322
7. Classificação doutrinária	322
8. Questões especiais.....	322
9. Pena e ação penal.....	322

CAPÍTULO XXXVI | AUTOACUSAÇÃO FALSA

1. Considerações preliminares.....	323
2. Bem jurídico tutelado.....	323
3. Sujeitos do crime.....	324
4. Tipo objetivo: adequação típica	324
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	324
6. Consumação e tentativa	325
7. Classificação doutrinária	325
8. Pena e ação penal.....	326

CAPÍTULO XXXVII | FALSO TESTEMUNHO OU FALSA PERÍCIA

1. Considerações preliminares.....	327
2. Bem jurídico tutelado.....	328
3. Sujeitos do crime.....	328
4. Tipo objetivo: adequação típica	329
4.1. Falsidade sobre a qualificação pessoal: atipicidade da conduta	333
4.2. O paradoxo de a condição de imputado ser travestida na de “testemunha”	334
5. Compromisso legal de dizer a verdade: testemunha não compromissada	335
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	339
7. Consumação e tentativa	340

8. Classificação doutrinária	340
9. Substituição de qualificadora por majorantes	340
10. Retratação do falso testemunho ou falsa perícia	340
11. Pena e ação penal.....	342

CAPÍTULO XXXVIII | CORRUPÇÃO ATIVA DE TESTEMUNHA OU SERVIDORES JUDICIAIS

1. Considerações preliminares.....	343
2. Bem jurídico tutelado.....	344
3. Sujeitos do crime.....	344
4. Tipo objetivo: adequação típica	344
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	345
6. Consumação e tentativa.....	345
7. Classificação doutrinária	346
8. Figura majorada: qualificadora <i>versus</i> majorante	346
9. Lei n. 10.268/2001: irretroatividade, ultratividade e inconstitucionalidade	346
10. Pena e ação penal.....	347

CAPÍTULO XXXIX | COAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO

1. Considerações preliminares.....	348
2. Bem jurídico tutelado.....	348
3. Sujeitos do crime.....	349
4. Tipo objetivo: adequação típica	349
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	350
6. Consumação e tentativa.....	351
7. Concurso com crimes praticados com violência	351
8. Classificação doutrinária	352
9. Pena e ação penal.....	353

CAPÍTULO XL | EXERCÍCIO ARBITRÁRIO DAS PRÓPRIAS RAZÕES

1. Considerações preliminares.....	354
2. Bem jurídico tutelado.....	354
3. Sujeitos do crime.....	355
4. Tipo objetivo: adequação típica	355
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	356
6. Consumação e tentativa	356
7. Classificação doutrinária	357
8. Concurso com crime resultante de violência: sistema do cúmulo material	357
9. Pena e ação penal.....	358

CAPÍTULO XLII | MODALIDADE ESPECIAL DE EXERCÍCIO ARBITRÁRIO DAS PRÓPRIAS RAZÕES

1. Considerações preliminares.....	359
2. Bem jurídico tutelado.....	359
3. Sujeitos do crime.....	360
4. Tipo objetivo: adequação típica	360
4.1. Furto de coisa própria ou modalidade especial de exercício arbitrá- rio das próprias razões: desinteligência histórica a ser superada dogmatically	361
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	366
6. Consumação e tentativa	366
7. Classificação doutrinária	366
8. Pena e ação penal.....	366

CAPÍTULO XLIII | FRAUDE PROCESSUAL

1. Considerações preliminares.....	367
2. Bem jurídico tutelado.....	367
3. Sujeitos do crime.....	368
4. Tipo objetivo: adequação típica	368
4.1. Elementar normativa: na pendência de processo civil ou administrativo	370
4.2. Induzimento do juiz ou perito em erro.....	371
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	371
6. Consumação e tentativa	372
7. Classificação doutrinária	372
8. Figura majorada	372
9. Questões especiais.....	373
10. Pena e ação penal.....	373

CAPÍTULO XLIV | FAVORECIMENTO PESSOAL

1. Considerações preliminares.....	374
2. Bem jurídico tutelado.....	375
3. Sujeitos do crime.....	375
4. Pressupostos do favorecimento e punibilidade do crime precedente	375
5. Tipo objetivo: adequação típica	377
5.1. Favorecimento pessoal mediante omissão imprópria.....	378
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	379
7. Consumação e tentativa	379
8. Classificação doutrinária	380
9. Escusa absolutória: sua extensão (§ 2º).....	380
10. Autor de crime: a culpabilidade não é mero pressuposto da pena	381
11. Pena e ação penal.....	383

CAPÍTULO XLIV | FAVORECIMENTO REAL

1. Considerações preliminares.....	384
2. Bem jurídico tutelado.....	384
3. Sujeitos do crime.....	385
4. Tipo objetivo: adequação típica	386
4.1. Elementar negativa do tipo: fora dos casos de coautoria ou de receptação	387
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	388
6. Consumação e tentativa.....	389
7. Classificação doutrinária	389
8. Pena e ação penal.....	390

**CAPÍTULO XLV | ENTRADA NA PRISÃO DE APARELHO TELEFÔNICO
MÓVEL OU SIMILAR**

1. Considerações preliminares.....	391
2. Bem jurídico tutelado.....	392
3. Sujeitos ativo e passivo do crime.....	392
4. Tipo objetivo: adequação típica	393
4.1. Elementar normativa: sem autorização legal.....	395
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	396
6. Consumação e tentativa.....	397
7. Classificação doutrinária	397
8. Pena e ação penal.....	397

CAPÍTULO XLVI | EXERCÍCIO ARBITRÁRIO OU ABUSO DE PODER

1. Considerações especiais	398
----------------------------------	-----

**CAPÍTULO XLVII | FUGA DE PESSOA PRESA OU SUBMETIDA A
MEDIDA DE SEGURANÇA**

1. Considerações preliminares.....	400
2. Bem jurídico tutelado.....	401
3. Sujeitos do crime.....	402
4. Tipo objetivo: adequação típica	402
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	404
6. Consumação e tentativa.....	404
7. Classificação doutrinária	405
8. Formas qualificadas: a mão armada, pluralidade de pessoas ou mediante arrombamento	405
8.1. Com violação de dever funcional: encarregado de custódia ou guar- da de preso ou interno	407
9. Forma culposa: negligência no exercício de dever funcional.....	408
10. Pena e ação penal.....	409

CAPÍTULO XLVIII | EVASÃO MEDIANTE VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA

1. Considerações preliminares.....	410
2. Bem jurídico tutelado.....	411
3. Sujeitos do crime.....	411
4. Tipo objetivo: adequação típica	411
4.1. Punição cumulativa da elementar típica “violência”: <i>bis in idem</i>	413
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	414
6. Consumação e tentativa.....	414
7. Classificação doutrinária	415
8. Pena e ação penal.....	415

CAPÍTULO XLIX | ARREBATAMENTO DE PRESO

1. Considerações preliminares.....	416
2. Bem jurídico tutelado.....	416
3. Sujeitos do crime.....	417
4. Tipo objetivo: adequação típica	417
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	418
6. Consumação e tentativa.....	419
7. Classificação doutrinária	419
8. Pena e ação penal.....	419

CAPÍTULO L | MOTIM DE PRESOS

1. Considerações preliminares.....	420
2. Aspectos político-criminais da conflitividade carcerária.....	420
2.1. O comportamento violento não é exclusivo da prisão.....	421
2.2. Aspectos subjetivos que estimulam a conflitividade carcerária	422
2.2.1. A clássica prisão de segurança máxima	422
2.2.2. Influência de ideologias políticas radicais.....	422
2.2.3. As graves deficiências do regime penitenciário	423
3. Bem jurídico tutelado.....	424
4. Sujeitos do crime.....	424
5. Tipo objetivo: adequação típica	425
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	426
7. Consumação e tentativa	426
8. Classificação doutrinária	426
9. Pena e ação penal.....	427

CAPÍTULO LI | PATROCÍNIO INFIEL, SIMULTÂNEO OU TERGIVERSAÇÃO

1. Considerações preliminares.....	428
2. Bem jurídico tutelado.....	428
3. Sujeitos do crime.....	429
4. Tipo objetivo: adequação típica	429

5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	431
6. Consumação e tentativa.....	431
7. Classificação doutrinária	431
8. Pena e ação penal.....	432

CAPÍTULO LII | SONEGAÇÃO DE PAPEL OU OBJETO DE VALOR PROBATÓRIO

1. Considerações preliminares.....	433
2. Bem jurídico tutelado.....	433
3. Sujeitos do crime.....	434
4. Tipo objetivo: adequação típica	434
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	436
6. Consumação e tentativa.....	436
7. Classificação doutrinária	436
8. Pena e ação penal.....	436

CAPÍTULO LIII | EXPLORAÇÃO DE PRESTÍGIO

1. Considerações preliminares.....	437
2. Bem jurídico tutelado.....	438
3. Sujeitos do crime.....	438
4. Tipo objetivo: adequação típica	438
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	441
6. Consumação e tentativa.....	441
7. Classificação doutrinária	441
8. Figura majorada	442
9. Questões especiais.....	442
10. Pena e ação penal.....	442

CAPÍTULO LIV | VIOLÊNCIA OU FRAUDE EM ARREMATAÇÃO JUDICIAL

1. Considerações preliminares.....	443
2. Bem jurídico tutelado.....	443
3. Sujeitos do crime.....	444
4. Tipo objetivo: adequação típica	444
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	445
6. Consumação e tentativa.....	445
7. Classificação doutrinária	445
8. Pena e ação penal.....	445

CAPÍTULO LV | DESOBEDIÊNCIA A DECISÃO JUDICIAL SOBRE PERDA OU SUSPENSÃO DE DIREITO

1. Considerações preliminares.....	446
2. Bem jurídico tutelado.....	446
3. Sujeitos do crime.....	447

4. Objeto da proteção legal: penas acessórias ou efeitos da condenação	447
4.1. Inaplicabilidade nas penas restritivas de direitos	448
4.2. Discutível aplicabilidade nos efeitos específicos da condenação penal.	448
5. Tipo objetivo: adequação típica	450
6. Tipo subjetivo: adequação típica	451
7. Consumação e tentativa	451
8. Classificação doutrinária	451
9. Pena e ação penal.....	452

QUINTA PARTE

CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS

CAPÍTULO LVI | ASPECTOS GERAIS DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS

1. Pressuposto e fundamentos dos crimes contra as finanças.....	453
2. Bem jurídico e injusto penal.....	454
3. Responsabilidade fiscal, criminal e improbidade administrativa	454
4. Cumulação de sanções e <i>bis in idem</i> : inconstitucionalidade	455
5. Efeitos da condenação, penais e extrapenais	455
6. Leis penais em branco e <i>novatio legis</i> criminalizadora	456

CAPÍTULO LVII | CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO

1. Bem jurídico tutelado.....	458
2. Sujeitos do crime.....	459
2.1. Sujeito ativo.....	459
2.2. Sujeito passivo	460
3. Tipo objetivo: adequação típica	460
3.1. Sem prévia autorização legislativa	461
3.2. Autorização legislativa e autorização legal.....	462
3.3. Operação de crédito	462
3.4. Interno ou externo: elementar típica	462
4. Tipo subjetivo: adequação típica.....	462
5. Consumação e tentativa.....	463
5.1. Consumação	463
5.2. Tentativa.....	463
6. Modalidades de operação de crédito.....	463
6.1. Inobservância do limite, condição ou montante	464
6.2. Inobservância do limite da dívida consolidada.....	464
6.3. Definição legal de “dívida consolidada”	465
7. Pena e ação penal	465

CAPÍTULO LVIII | INSCRIÇÃO DE DESPESAS NÃO EMPENHADAS EM RESTOS A PAGAR

1. Bem jurídico tutelado.....	466
2. Sujeitos do crime.....	467

2.1. Sujeito ativo.....	v.5	467
2.2. Sujeito passivo		467
3. Tipo objetivo: adequação típica		467
3.1. Inscrição em restos a pagar.....		468
3.2. Despesa não empenhada previamente		469
3.3. Que exceda limite estabelecido em lei		469
4. Tipo subjetivo: adequação típica.....		470
5. Consumação e tentativa.....		470
5.1. Consumação.....		470
5.2. Tentativa.....		470
6. Distinção do crime anterior		471
6.1. Interpretação garantista.....		471
7. Desistência voluntária.....		471
8. Conflito aparente de normas.....		471
8.1. Exceção à teoria monística		471
9. Pena e ação penal.....		472

CAPÍTULO LIX | ASSUNÇÃO DE OBRIGAÇÃO NO ÚLTIMO ANO DO MANDATO OU LEGISLATURA

1. Bem jurídico tutelado.....		473
2. Sujeitos do crime.....		474
2.1. Sujeito ativo.....		474
2.2. Sujeito passivo		474
3. Tipo objetivo: adequação típica		475
3.1. Despesa não paga no mesmo exercício financeiro.....		475
3.2. Indisponibilidade de caixa para o exercício seguinte.....		476
3.3. Contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa		477
4. Assunção de obrigação antes dos dois últimos quadrimestres		477
4.1. Mandato ou legislatura.....		478
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....		478
5.1. Erro de tipo: irrelevância da inevitabilidade.....		479
6. Consumação e tentativa.....		479
6.1. Consumação.....		479
6.2. Tentativa.....		480
7. Pena e ação penal.....		480

CAPÍTULO LX | ORDENAÇÃO DE DESPESA NÃO AUTORIZADA

1. Bem jurídico tutelado.....		481
2. Sujeitos do crime.....		481
2.1. Sujeito ativo.....		481
2.2. Sujeito passivo		482

3. Tipo objetivo: adequação típica	482
3.1. Despesa não autorizada por lei	483
3.2. Despesa “justificada” (embora não autorizada por lei)	484
4. Tipo subjetivo: adequação típica	485
5. Consumação e tentativa	485
5.1. Consumação	485
5.2. Tentativa	485
6. Pena e ação penal	486

CAPÍTULO LXI | PRESTAÇÃO DE GARANTIA GRACIOSA

1. Bem jurídico tutelado	487
2. Sujeitos do crime	487
2.1. Sujeito ativo	487
2.2. Sujeito passivo	488
3. Tipo objetivo: adequação típica	488
3.1. Retenção de receita tributária	489
3.2. Contragarantia de operação de crédito	490
3.3. Na forma da lei	490
3.4. Contragarantia exigida por ente federativo superior	491
4. Garantia não condicionada à adimplência: atipicidade	492
5. Tipo subjetivo: adequação típica	492
6. Consumação e tentativa	492
6.1. Consumação	492
6.2. Tentativa	492
7. Pena e ação penal	493

CAPÍTULO LXII | NÃO CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR

1. Bem jurídico tutelado	494
2. Sujeitos do crime	494
2.1. Sujeito ativo	494
2.2. Sujeito passivo	495
3. Tipo objetivo: adequação típica	495
4. Inscrição não superior ao limite permitido: atipicidade	497
5. Tipo subjetivo: adequação típica	497
5.1. Erro de tipo e erro de proibição	498
6. Consumação e tentativa	498
7. Conflito aparente de normas: arts. 359-F e 359-B	499
7.1. Exceção à teoria monística	499
8. Pena e ação penal	499

**CAPÍTULO LXIII | AUMENTO DE DESPESA TOTAL COM PESSOAL NO
ÚLTIMO ANO DO MANDATO OU LEGISLATURA**

1. Bem jurídico tutelado.....	500
2. Sujeitos do crime.....	501
2.1. Sujeito ativo.....	501
2.2. Sujeito passivo.....	501
3. Tipo objetivo: adequação típica.....	501
3.1. Aumento de despesa total com pessoal.....	502
3.2. Elementar temporal: últimos 180 dias de mandato ou legislatura ...	503
3.3. Executar: obediência hierárquica.....	504
4. Tipo subjetivo: adequação típica.....	504
5. Consumação e tentativa.....	504
5.1. Consumação.....	504
5.2. Tentativa.....	505
6. Semelhanças e diferenças com o disposto no art. 359-C.....	505
7. Pena e ação penal.....	506

**CAPÍTULO LXIV | OFERTA PÚBLICA OU COLOCAÇÃO DE TÍTULOS
NO MERCADO**

1. Bem jurídico tutelado.....	507
2. Sujeitos do crime.....	507
2.1. Sujeito ativo.....	507
2.2. Sujeito passivo.....	508
3. Tipo objetivo: adequação típica.....	508
4. Controle jurídico ou legislativo.....	508
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	509
5.1. Erro de tipo e erro de proibição.....	509
6. Consumação e tentativa.....	509
6.1. Consumação.....	509
6.2. Tentativa.....	510
7. Pena e ação penal.....	510

CRIMES PRATICADOS POR PREFEITOS (LEI N. 10.028/2000)

CAPÍTULO LXV | NOVOS CRIMES PRATICADOS POR PREFEITOS

**SEÇÃO I | ASPECTOS COMUNS ÀS NOVAS INFRAÇÕES PENAIS DO
DECRETO-LEI N. 201/67**

1. Bem jurídico tutelado.....	512
-------------------------------	-----

2. Sujeitos dos crimes	512
2.1. Sujeito ativo	512
2.2. Sujeito passivo	514
3. Concurso eventual de pessoas	514
3.1. Coautoria em crime omissivo: possibilidade	514
4. Competência por prerrogativa de função	516
5. Suspensão condicional do processo	516
6. Penas aplicáveis e ação penal	517

**SEÇÃO II | NOVOS CRIMES EM ESPÉCIE — INCLUÍDOS NO DECRETO-LEI N. 201/67
PELA LEI N. 10.028/2000**

1. Disposições gerais	517
-----------------------------	-----

**SEÇÃO III | DEIXAR DE ORDENAR, NO PRAZO, REDUÇÃO DO MONTANTE
DA DÍVIDA CONSOLIDADA**

1. Tipo objetivo: adequação típica	518
2. Montante da dívida consolidada e sua redução no prazo legal.....	519
2.1. Prazos estabelecidos em lei	519
2.1.1. Pressupostos fundamentais do crime omissivo	520
2.2. Limite máximo fixado pelo Senado Federal	522
3. Tipo subjetivo: adequação típica	522
3.1. Erro de tipo e erro de proibição	522
4. Consumação e tentativa	523
5. Concurso com o art. 359-A do Código Penal: operação de crédito	523
5.1. Princípio da especialidade	525

**SEÇÃO IV | ORDENAR OU AUTORIZAR A ABERTURA DE CRÉDITO EM
DESACORDO COM OS LIMITES**

1. Tipo objetivo: adequação típica	527
1.1. Abertura de operação de crédito	527
1.2. Em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal.....	528
2. Elementos normativo-negativos do tipo	529
3. Tipo subjetivo: adequação típica	530
4. Consumação e tentativa	530
4.1. Consumação	530
4.2. Tentativa	530

SEÇÃO V | NÃO ANULAR OS EFEITOS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO IRREGULAR

1. Tipo objetivo: adequação típica	531
1.1. Elementar normativa: na forma da lei	532

1.2. Elementares contraditórias: cancelamento, amortização ou constituição de reserva	533
1.2.1. Para anular os efeitos de operação de crédito.....	533
1.3. Formas irregulares de operação de crédito: com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei.....	534
2. Tipo subjetivo: adequação típica.....	534
3. Consumação e tentativa.....	534

SEÇÃO VI | NÃO LIQUIDAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA

1. Tipo objetivo: adequação típica	535
1.1. Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária	535
1.2. Encerramento do exercício financeiro.....	536
1.3. Liquidação integral.....	536
2. Excludente de criminalidade e dirimente de culpabilidade	537
3. Tipo subjetivo: adequação típica.....	537
4. Consumação e tentativa.....	537

SEÇÃO VII | REFINANCIAMENTO OU POSTERGAÇÃO DE DÍVIDA CONTRAÍDA ANTERIORMENTE

1. Tipo objetivo: adequação típica	538
1.1. Realização de operação de crédito em desacordo com a lei.....	538
2. Tipo subjetivo: adequação típica.....	539
3. Consumação e tentativa.....	539

SEÇÃO VIII | CAPTAR RECURSOS ANTECIPANDO RECEITA TRIBUTÁRIA POR FATO GERADOR FUTURO

1. Tipo objetivo: adequação típica	540
2. Tipo subjetivo: adequação típica.....	541
3. Consumação e tentativa.....	541

SEÇÃO IX | DESTINAÇÃO DE RECURSOS PROVENIENTES DA EMISSÃO DE TÍTULO PARA FINALIDADE DIVERSA DA PREVISTA EM LEI

1. Tipo objetivo: adequação típica	542
2. Tipo subjetivo: adequação típica.....	542
3. Consumação e tentativa.....	543

SEÇÃO X | TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA EM DESACORDO COM A LEI

1. Tipo objetivo: adequação típica	543
2. Transferência voluntária em desacordo com a lei.....	544

<i>Bibliografia</i>	547
---------------------------	-----